

## Políticas públicas da educação inclusiva: Interfaces da educação especial na educação do campo

Public policies for inclusive education: Interfaces of special education in rural education

Políticas públicas para la educación inclusiva: Interfaces de la educación especial en la educación rural

Recebido: 15/07/2025 | Revisado: 20/07/2025 | Aceitado: 20/07/2025 | Publicado: 22/07/2025

**Carlos Eduardo Dias da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6511-4223>

Instituto Federal de Minas Gerais, *Campus Avançado Piumhi*, Brasil

E-mail: [carlos.eduardodias@upe.br](mailto:carlos.eduardodias@upe.br)

**Ricardo do Amor Divino Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7015-4377>

Instituto Federal de Minas Gerais, *Campus Avançado Piumhi*, Brasil

E-mail: [ricardo\\_cleide2007@hotmail.com](mailto:ricardo_cleide2007@hotmail.com)

**Ana Carolina Oliveira Duarte**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5853-1582>

Instituto Federal de Minas Gerais, *Campus Avançado Piumhi*, Brasil

E-mail: [acoliveiraduarte@gmail.com](mailto:acoliveiraduarte@gmail.com)

### Resumo

A Educação Inclusiva é tema de destaque nos últimos anos, bem como a Educação do Campo. Mesmo com os Marcos Legais o processo de inclusão dos alunos da Educação do Campo ainda segue distante dessa realidade. O trabalho objetivou reunir informações sobre o panorama atual da inclusão na interface da educação do campo. O percurso metodológico delineou-se através de uma revisão sistemática da literatura, cuja busca foi conduzida nas bases de dados Google Acadêmico, Scielo e Periódicos Capes com a combinação dos termos: “Educação do Campo” AND “Políticas Públicas” AND “Educação Inclusiva”. Após aplicados os critérios de inclusão, foram oito artigos sumarizados, onde os resultados dialogam com o processo da inclusão nas escolas do campo. Considerando os achados deste estudo, é crucial reconhecer que a interface entre Educação Especial e Educação do Campo revela-se não apenas como uma interseção negligenciada, mas como um campo fértil para práticas inclusivas e reflexões críticas.

**Palavras-chave:** Diversidade; Direito; Territorialidade.

### Abstract

Inclusive Education has been a prominent topic in recent years, as has Rural Education. Even with the Legal Frameworks, the process of inclusion of Rural Education students is still far from this reality. The study aimed to gather information on the current panorama of inclusion in the rural education interface. The methodological path was outlined through a systematic review of the literature, whose search was conducted in the Google Scholar, Scielo and Capes Periodicals databases with the combination of the terms: “Rural Education” AND “Public Policies” AND “Inclusive Education”. After applying the inclusion criteria, eight articles were summarized, where the results dialogue with the process of inclusion in rural schools. Considering the findings of this study, it is crucial to recognize that the interface between Special Education and Rural Education reveals itself not only as a neglected intersection, but as a fertile field for inclusive practices and critical reflections.

**Keywords:** Diversity; Right; Territoriality.

### Resumen

La Educación Inclusiva ha sido un tema destacado en los últimos años, al igual que la Educación Rural. Incluso con los marcos legales vigentes, el proceso de inclusión del alumnado de Educación Rural dista mucho de esta realidad. Este estudio tuvo como objetivo recopilar información sobre el panorama actual de la inclusión en el ámbito de la educación rural. El enfoque metodológico se describió mediante una revisión sistemática de la literatura, realizada en las bases de datos de Google Académico, Scielo y Capes Periodicals, utilizando los términos "Educación Rural", "Políticas Públicas" y "Educación Inclusiva". Tras aplicar los criterios de inclusión, se resumieron ocho artículos, cuyos resultados reflejan el proceso de inclusión en las escuelas rurales. Considerando los hallazgos de este estudio, es

crucial reconocer que la interfaz entre la Educación Especial y la Educación Rural no solo es una intersección desatendida, sino también un terreno fértil para prácticas inclusivas y reflexiones críticas.

**Palabras clave:** Diversidad; Derecho; Territorialidad.

## 1. Introdução

A Educação do Campo apresente suas origens históricas fincadas no final da década de 90, marcando o surgimento do Movimento da Educação do Campo no Brasil, como descrito por Munarim (2008). Esse movimento tem seu marco inaugural no I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o apoio de Universidades Públicas, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). O evento contou com a participação de representantes de diversos Movimentos Sociais, culminando na elaboração do Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro, amplamente reconhecido como o documento fundador da Educação do Campo no país.

Posteriormente, a realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, sediada na cidade de Luziânia (GO), conforme destacado por Alencar (2010), desempenhou um papel crucial no fortalecimento do conceito de Educação do Campo. Este evento reforçou a necessidade de assegurar o direito dos povos do campo às políticas públicas de educação, com o objetivo de garantir o acesso expandido, a permanência e a qualidade do ensino público no meio rural. A ênfase recaiu sobre o reconhecimento e respeito aos conhecimentos, culturas e saberes próprios das comunidades rurais, que são fundamentais para contemplar a realidade e as necessidades específicas dos povos do campo.

Caldart (2009) ressaltou que a Educação do Campo surge como resultado da mobilização dos Movimentos Sociais, os quais conceberam sua estrutura e dinâmica em um contexto de disputa entre o capital e o trabalho. A autora argumenta que essa educação deve estar intimamente ligada à realidade material do campo, reconhecendo as diversas formas de trabalho presentes nesse contexto e considerando o homem do campo como parte da classe trabalhadora. A Educação do Campo é vista enquanto uma Política Pública que dialoga junto ao universo cultural, social e histórico dos camponeses. Uma educação como produção material de vida, superando a estrutura de organização capitalista que vê o campo apenas como espaço de exploração. Logo, deve se efetivar em sua integralidade, corroborando na emancipação dos seus sujeitos, uma vez que a educação se faz como direito previsto constitucionalmente.

A escolarização da população do campo vai além de uma mera questão pedagógica; é também uma afirmação de direitos. Historicamente negligenciada pelo sistema educacional brasileiro, essa população tem sua identidade e memória profundamente ligadas à luta pela terra, pelo fim da fome, pelo direito ao trabalho e ao cultivo, tudo isso integrado a um projeto de Educação Popular com uma abordagem agroecológica (Santos & Cruz, 2022). Ainda segundo os mesmos autores, o projeto educacional desafia a lógica capitalista, que enxerga o campo apenas como um espaço de exploração e lucro, e defende que uma educação urbana seja suficiente para a emancipação das comunidades camponesas, ignorando a singularidade do campo como mais do que uma mera extensão da cidade.

É nessa dinâmica inicialmente apresentada que são elaboradas e implementadas as políticas públicas para sua promoção e o fortalecimento do ensino, existindo aquelas que visam promover uma educação inclusiva. É válido destacar, conforme observado por Secchi (2013), que as políticas públicas são diretrizes elaboradas para abordar problemas de interesse público, baseadas na intencionalidade pública e na resposta a problemas coletivamente relevantes. Assim, a razão para a criação e execução dessas políticas é a resolução de problemas considerados socialmente relevantes em sua dimensão coletiva.

O direito de acesso e a garantia das políticas para garantirem a permanência das pessoas com deficiência no âmbito da educação pública orienta-se nos princípios da Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990, Declaração de Salamanca

de 1994, e garantidos pela Constituição Federal de 1988, leis e diretrizes nacionais. De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2023, o número de matrículas na educação especial no cenário nacional alcançou 1,8 milhão, representando um aumento de 41,6% em relação a 2019. Observa-se também um aumento gradual no percentual de matrículas de alunos incluídos em classes comuns na faixa etária de 4 a 17 anos, passando de 92,7% em 2019 para 95% em 2023.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), estabelecem que, fundamentadas na legislação educacional, representam um conjunto de princípios e procedimentos destinados a alinhar o projeto institucional das escolas rurais às Diretrizes Curriculares Nacionais para diversas áreas, incluindo Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Indígena, Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio, na modalidade Normal (BRASIL, 2002).

A Resolução 2/2008 que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo garante que as instituições de ensino tomarão medidas para garantir que as crianças e jovens com necessidades especiais, abrangidos pela modalidade de Educação Especial e que residam em áreas rurais, tenham acesso à Educação Básica. Essa inclusão preferencialmente ocorrerá em escolas comuns pertencentes à rede de ensino regular (BRASIL, 2008). Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece a inclusão na Educação do Campo sob os seguintes paradigmas: a interface da educação especial na educação indígena, rural e quilombola deve garantir a presença de recursos, serviços e atendimento educacional especializado nos projetos pedagógicos elaborados com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008).

Enquanto a Educação Especial cuida do desenvolvimento das habilidades de indivíduos com uma ou mais deficiências, a educação inclusiva procura a participação de todas as pessoas na escolarização, seja com deficiência, étnica, cultural e outros. A educação inclusiva é aquela que oferece um ensino contextualizado às diferenças e necessidades de cada estudante que não deve ser trabalhada isolada para não perder a pluralidade e a diversidade no campo pedagógico (BUENO, 1993). Mesmo com esses Marcos Legais o processo de inclusão dos alunos da Educação do Campo ainda segue distante dessa realidade garantida nas entrelinhas das leis e diretrizes. Por outro lado, a política de formação de professores se torna essencial para garantir uma prática docente inclusiva. Silva (2023) discute essa dimensão, destacando que a formação continuada oferecida aos educadores do campo deve estar enraizada no contexto dessa modalidade de ensino, proporcionando aos professores subsídios para suas práticas pedagógicas, assegurando, acima de tudo, um ambiente dinâmico de aprendizado sem negligência ou exclusão. Portanto, esse processo formativo deve refletir e considerar percursos que garantam uma prática docente inclusiva.

A Educação inclusiva tem sido um tema em destaque nos últimos anos, e considerando as peculiaridades da Educação do Campo, a presente pesquisa se baseia na necessidade das políticas públicas relacionadas ao tema, assim como nas publicações recentes que abordam essa questão. Diante do exposto, parte-se do seguinte questionamento: Até que ponto as políticas de inclusão estão sendo efetivadas de modo a promover uma educação especial no âmbito da educação do Campo? Com isto, este trabalho objetivou reunir informações sobre o panorama atual da inclusão na interface da educação do campo.

## 2. Metodologia

Trata-se de um estudo realizado por meio de uma revisão sistemática da literatura (Snyder, 2019), de caráter exploratório e quantitativo em relação à quantidade de artigos selecionados e, qualitativo em relação à discussão realizada sobre os artigos (Pereira et al., 2018), com o propósito de sintetizar trabalhos que teceram acerca de políticas públicas de educação inclusiva na Educação do Campo nos últimos quinze anos. A revisão sistemática responde a uma pergunta claramente formulada utilizando métodos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar e avaliar criticamente pesquisas

relevantes, e recolher e analisar dados de estudos incluídos na revisão (Clarke & Oxman, 2001).

O levantamento bibliográfico foi realizado no primeiro semestre de 2024 e a busca foi conduzida nas bases de dados Google Acadêmico, Plataforma Scielo e Periódicos Capes. A escolha destas bases foi atribuída a critérios como prestígio, confiabilidade, influência e relevância. A revisão sistemática foi realizada de acordo com as diretrizes dos Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA, 2015). Como estratégia de procura, foram utilizados Operadores Booleano “AND” para a combinação dos termos: “Educação do Campo” AND “Políticas Públicas” AND “Educação Inclusiva”. O uso de mais termos nesse trabalho não foi favorável por filtrar excessivamente os resultados.

Para a inclusão dos artigos, foram seguidos os respectivos critérios: primeiramente foram incluídos os artigos cujos títulos trouxeram informações condizentes com os objetivos desta pesquisa e continham os três descritores; posteriormente, os artigos foram selecionados e realizou-se a leitura dos resumos, excluindo-se aqueles que não possuíam relações com este estudo. Os artigos selecionados nesta segunda etapa, foram lidos na íntegra, para que os autores pudessem entender todas as suas particularidades e discuti-los. Assim, os critérios de seleção foram: data, título, resumo e texto completo. Finalizada a coleta dos dados, os estudos que estivessem dentro dos parâmetros pré-estabelecidos foram sumarizados.

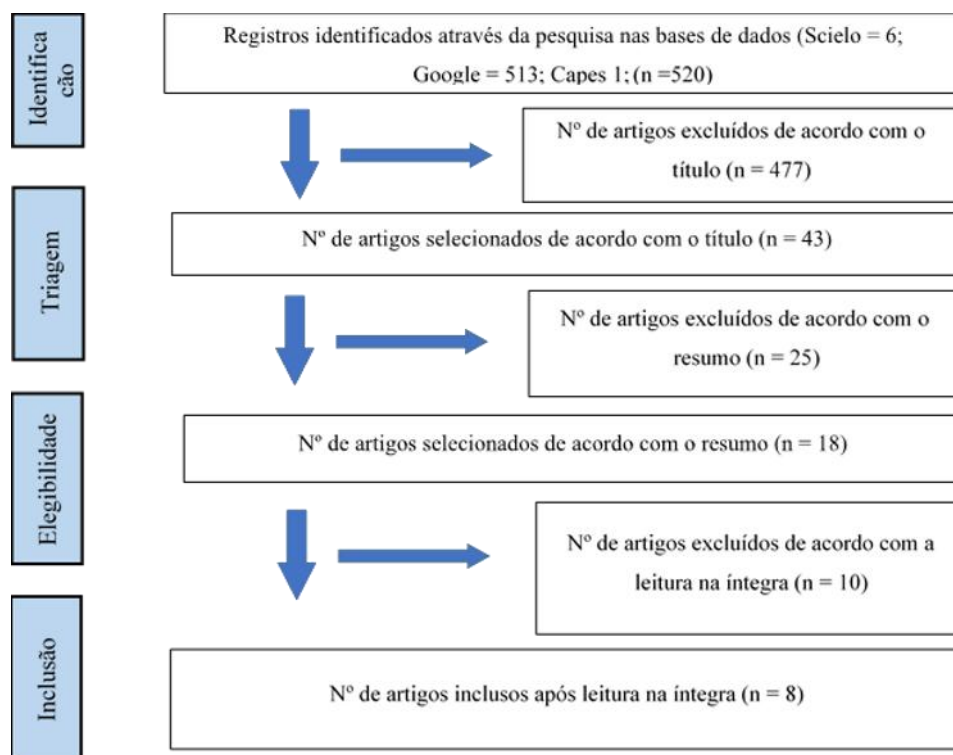
Neste estudo foram incluídos os artigos publicados no período compreendido entre 2011 e 2024, principalmente em língua portuguesa, com textos completos disponíveis de forma gratuita e desconsiderados os trabalhos duplicados e dissertações. Foram excluídos dos resultados artigos de revisão, porém estes foram utilizados para o embasamento teórico. Os resultados foram tabulados utilizando-se os programas Microsoft Excel.

### 3. Resultados

A seleção dos estudos foi realizada obedecendo os critérios de elegibilidade e inclusão previamente estabelecidos. Primeiramente, fora realizada uma busca na base de dados utilizando os termos delimitadores aplicados a qualquer parte do texto dentro do recorte temporal de 15 anos. Em seguida aplicou-se, como estratégia de busca, os critérios de elegibilidade e inclusão apontados anteriormente. Posteriormente, foi realizada a leitura dos títulos e resumos dos artigos selecionados e, por fim, foi feita a leitura completa dos trabalhos e efetuada a análise da qualidade e a extração dos dados.

De posse dos resultados obtidos através das bases dados nas bases Google Acadêmico, Plataforma Scielo e Periódicos Capes, foram obtidos 520 artigos. Em seguida, foram aplicados os critérios de exclusão (por título) totalizando, assim, 43 estudos. Foram excluídos 25 após a leitura de seus resumos e, por último, após a leitura na íntegra, dez artigos foram excluídos por não apresentarem informações condizentes com o objetivo deste estudo, como mostrado na Figura 1. Destes que foram retidos para uma análise mais profunda, passaram pelo crivo da qualidade e atendendo ao filtro (descritores) utilizado para tais buscas a saber: educação do campo, políticas públicas e educação inclusiva, ficando oito artigos sumarizados no Quadro 1.

**Figura 1** - Fluxograma do processo de busca dos artigos científicos da revisão sistemática.



Fonte: Autores (2024).

**Quadro 1**- Artigos selecionados para estudo após aplicação de critérios de inclusão e rejeição.

Nº	Autor e ano	Título	Região/ Estado	Objetivo	Resultados
1	Kassar, 2011	Percursos da Constituição de uma Política brasileira de Educação Especial Inclusiva	Campo Grade/ MS	Apresentar análises de alguns elementos que contribuem para a constituição da Educação Especial brasileira como uma política pública, dando especial foco à formulação do que tem sido denominada de política de educação especial na perspectiva inclusiva ou educação inclusiva.	Conclui ressaltando a importância dos diferentes setores da sociedade nos embates atuais para a formulação de uma política de educação brasileira, que incorpore, de fato, toda a população.
2	Jesus, Vieira & Anjos, 2018	Educação Especial e Educação do Campo: narrativa que desvela possibilidades e interfaces	Paranaíba/ ES	Visibilizar a interface entre a educação especial e educação a partir das narrativas de uma pesquisadora que problematizou em sua dissertação a educação do campo.	Percebeu-se a presença da interface entre a educação especial e educação do campo no momento da atuação profissional dentro do município da autora pesquisada.
3	Alves, Junior & Caiado, 2018	Um olhar sobre as Políticas Públicas da Educação do Campo e da Educação Especial à luz da Pedagogia Histórico-critica	Dourados/ MS	Tecer um olhar sobre as políticas educacionais orientadas para o atendimento da educação do campo e da educação especial, objetivando identificar e discutir as interfaces encontradas na legislação que trata sobre tais modalidades de ensino.	Os resultados demonstram haver, nas políticas públicas da educação do campo e educação especial, uma interface encontrada que remete ao direito dos estudantes do campo com deficiência de serem escolarizados no lugar onde residem.
4	Olinto, 2018	Interface entre Educação do Campo e Educação	Campos Laranjeiras/ SC	Refletir, através do estudo bibliográfico das bases da Educação de Campo e Educação	Decorrentes da forma como a Educação do Campo está organizada e de como o atendimento inclusivo

		Inclusiva: possibilidades de diálogo		Inclusiva, as possibilidades de diálogo entre as duas modalidades.	está sistematizado.
5	Anjos & Damasceno, 2020	Educação do Campo e Educação Especial: interlocução entre modalidades inclusivas na contemporaneidade	Rio de Janeiro/ RJ	Apresentar os principais marcos legais da legislação educacional brasileira, buscando identificar os elementos que estabelecem um diálogo entre a Educação Especial e a Educação do Campo enquanto modalidades de Educação Inclusiva na sociedade contemporânea, com destaque as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e suas Diretrizes Complementares e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, entre outras.	Resulta na identificação dos principais elementos de convergência que consolidam a interface entre as modalidades supracitadas, evidenciando a necessária articulação precípua na consolidação das políticas públicas inclusivas para os estudantes público-alvo da Educação Especial nas escolas do campo.
6	Santos & Cruz, 2022	Educação Especial e Educação do Campo: uma interlocução necessária	Ilhéus/BA	Apresentar a oferta da Educação Especial em uma Escola do Campo, no município de Ilhéus-BA, a partir da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Atendimento Educacional Especializado (AEE).	Os resultados coletados mostram a precariedade no Atendimento Educacional Especializado para os alunos e alunas público-alvo da Educação Especial na escola do campo e o descaso do setor público diante dessas pessoas.
7	Nozu et al., 2023	Educação especial e educação do/no Campo: sujeitos, movimentos e interfaces	Campos dos Goytacazes/ RJ	Contribuir para a ampliação do debate sobre os sujeitos, os movimentos e as interfaces da Educação Especial e da Educação do/no Campo.	Colabora para a elucidação das interfaces da Educação Especial e da Educação do/no Campo, para a produção de pauta política emancipatória e para a qualificação do processo de escolarização dos povos dos campos, das águas e das florestas com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação.
8	Silva et al., 2024	Educação Inclusiva em escolas do campo: uma revisão integrativa da literatura brasileira	Uruguaiana/ RS	Identificar as produções científicas disponíveis na literatura brasileira acerca do processo de inclusão escolar em escolas do campo.	A falta de políticas educacionais pensadas para a efetividade do processo de inclusão escolar específicas para a realidade das escolas do campo, principalmente relacionadas a carência em formação continuada, apoio pedagógico, apoio complementar de outros profissionais, materiais adequados e a oferta de atendimento educacional especializado.
8	Silva et al., 2024	Educação Inclusiva em escolas do campo: uma revisão integrativa da literatura brasileira	Uruguaiana/ RS	Identificar as produções científicas disponíveis na literatura brasileira acerca do processo de inclusão escolar em escolas do campo.	A falta de políticas educacionais pensadas para a efetividade do processo de inclusão escolar específicas para a realidade das escolas do campo, principalmente relacionadas a carência em formação continuada, apoio pedagógico, apoio complementar de outros profissionais, materiais adequados e a oferta de atendimento educacional especializado.

Fonte: Autores (2024).

Para destacar a similaridade dos artigos analisados, o Quadro 2 delimita os trabalhos em: (C1) os artigos agrupados segundo os aspectos históricos com sua trajetória política que tratem da educação do campo e inclusão, sendo dois artigos que discutem essa abordagem; (C2) trata dos aspectos da educação inclusiva, com seu marco histórico e atualidade e inclui dois artigos; (C3) aborda a educação do campo e inclusão, com suas interfaces e nesta categoria somam-se cinco artigos. Deste modo, de facilita-se o entendimento sobre os aspectos analisados, em especial no campo da discussão, onde os critérios vêm para discutir a relação dos diferentes artigos encontrados para tratar da temática.

**Quadro 2-** Critérios de síntese dos artigos escolhidos.

Critérios	Indagações a serem respondida em cada critério		Artigos
	C1	Aspectos históricos da Educação do Campo, Educação Inclusiva e Políticas Públicas	1 – 3
	C2	Aspectos da atualidade de Educação Inclusiva	1 – 8
	C3	Aspectos da Educação no Campo e da Educação Inclusiva	1 - 2 - 4 -5 -6 – 7 - 8

Fonte: Autores (2024).

Saliente-se que são poucos artigos publicados que dialoguem com o processo da inclusão nas escolas do campo, assunto este, que demandam maiores discussão para ampliar a temática. Ponto importante, considerando que a educação é um direito que dever ser assistido a todos os alunos, independentemente de estarem nas escolas urbanas ou do campo. Vale destacar que o ano de 2018 foram encontrados mais artigos que tratem do tema, com discussões predominantes na região nordeste, como exemplo no estado da Bahia.

## 4. Discussão

Os artigos delineados nos critérios C1 discutem os aspectos da Educação do Campo, Educação Inclusiva e Políticas Públicas. Os trabalhos elencados nessa categoria trazem discussões acerca do processo histórico desta inclusão. A trajetória da Educação Especial no Brasil reflete uma evolução marcada por diversos períodos históricos e influências internacionais.

A Educação Especial é definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no capítulo V, artigo 58, como: “[...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996). De acordo com as Políticas de Interesse à Educação da Pessoa com Deficiência no Brasil, destaca que a Educação Especial, artigo 3º da Resolução CNE/CEB 02/2001, define: [...] modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais. Essa mesma resolução prossegue e deixa claro que essa modalidade serve para complementar, suplementar, e em alguns casos substituir os serviços educacionais comuns na educação básica (BRASIL, 2001).

Desde o início da República até meados do século XX, políticas educacionais restritivas e segregadoras limitaram o acesso das pessoas com deficiência à educação formal. Com o tempo, movimentos internacionais pela educação inclusiva e acordos como os da UNESCO influenciaram mudanças graduais nas políticas educacionais brasileiras, culminando na institucionalização da Educação Especial como política de estado na década de 1970, com a criação do CENESP e a adoção de princípios de normalização e integração (Jannuzzi, 2004; Mazzotta, 1996).

A década de 70 foi crucial nesse processo, marcada pelo estabelecimento de políticas educacionais mais abrangentes e pela formação de profissionais especializados para o atendimento dessas demandas. Apesar dos avanços, persistiram desafios significativos na efetivação da educação inclusiva, refletindo a complexidade histórica e estrutural da educação brasileira



(Bueno, 2004; Ferreira, 1993).

A partir da Constituição de 1988, a Educação é estabelecido como um direito social no Brasil, impulsionando políticas públicas universais (Constituição Federal de 1988, Art. 6º). Paralelamente, a disseminação da Educação Inclusiva se fortalece por influências internacionais, como conferências da ONU e documentos da UNESCO, refletindo um movimento global de integração de pessoas com deficiência nas escolas regulares (UNESCO, 1988; Declaração de Salamanca, 1994). Essas diretrizes foram incorporadas nas políticas educacionais brasileiras desde a década de 1990, marcando um período de mudança significativa em direção à inclusão social e educacional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1994; Decreto nº 3.956/01).

A legislação afirma que desenvolvimento escolar dos alunos com ou sem deficiências residentes nas áreas urbanas ou rurais é inerente ao exercício da cidadania. Assim, por meio da educação (escolarização), estes alunos serão capazes de realizar seu trabalho intelectual ou físico. No Artigo 3º da LDB (9394/96) estão postos os princípios que devem orientar a educação nacional e, merecendo destaque pelos debates acadêmicos e políticos que podem desencadear, ressalta-se os seguintes: (a) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (b) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; (c) Garantia de padrão de qualidade; (d) Valorização da experiência extraescolar; (e) Vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; (f) Consideração com a diversidade étnico-racial.

Assim, ao se utilizar os aspectos teóricos-metodológicos do termo (MHD) desenvolvidos na PHC para compreender essa interface, toma-se como base pensadores como Lombardi (2011) e Saviani (2013), os quais colocam em relevo a importância de observar a inter-relação entre os aspectos políticos, sociais e trabalhistas acumulados historicamente pela humanidade para compreender a realidade concreta. Orso (2016) levanta uma crítica contra a defesa dos tipos específicos de educação para grupos ou frações sociais distintas que não se articulam entre si, dentro de uma ou várias modalidades da educação, a fim de compreender este isolamento e a falta de transversalidade.

Os trabalhos reforçam que a Educação do Campo se trata de uma modalidade de ensino que tem como objetivo a educação de crianças, jovens e adultos que vivem no campo. Educação Especial, por outro lado, é uma modalidade de ensino ofertada a estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Dentre os Grupos de Pesquisas citados e registrados junto ao CNPq destacam-se o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direito à Educação – Educação Especial (NEPEDE-EEs) e o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo (GEPEC).

Neste contexto, a interface entre Educação do Campo e Educação Especial deve considerar os princípios fundamentais estabelecidos na legislação educacional brasileira, especialmente aqueles relacionados à igualdade de condições de acesso, à valorização da diversidade e à vinculação entre educação, trabalho e práticas sociais. As políticas educacionais nessa interface precisam ser permeadas por uma compreensão crítica da realidade social, histórica e política, conforme preconizado pela pedagogia histórico-crítica, que propõe uma educação que vá além da transmissão de conteúdo, promovendo a formação integral dos sujeitos e a transformação social.

Já os artigos delineados no critério C2 abordam sobre os aspectos atuais da Educação Inclusiva. Kassar (2011), discute os desafios e as conquistas desse processo, destacando a importância de políticas públicas que promovam a formação de professores, a adaptação curricular, o acesso a recursos educacionais especializados e a colaboração entre diferentes atores sociais para o sucesso da inclusão educacional. O autor analisa ainda como essas políticas são implementadas na prática, considerando a realidade das escolas e das comunidades.

Os estudos indicam que professoras de Educação Especial nas escolas do campo, em região específica da Bahia, são majoritariamente do gênero feminino, com formação em Pedagogia e pós-graduação, satisfeitas com o salário e trabalhando em até duas escolas. Elas enfrentam desafios na comunicação entre as Termos (SRMs) e salas regulares, refletindo na qualidade da inclusão educacional (Silva et al., 2019b; Silva, 2021; Nozu et al., 2020; Gomes; Machado, 2020).

Os estudos revisados destacam desafios significativos na implementação da Educação Inclusiva em escolas do campo,



incluindo a falta de apoio da gestão municipal e estadual, a carência de profissionais especializados para atuar em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e a necessidade de políticas públicas mais eficazes e específicas para atender às demandas das(os) estudantes com deficiência. Esses fatores impactam diretamente na qualidade da inclusão educacional nessas escolas (Rabelo; Caiado, 2014; Valani; Oliveira, 2019; Lopes; Zoia, 2016; Gomes; Machado, 2020).

O critério C3 apresenta mais artigos e que discutem entre si os aspectos da Educação no Campo e da Educação Inclusiva. O objetivo de Jesus e colaboradores (2018) nesse contexto, é visibilizar e explorar as interfaces entre a educação especial e a educação do campo, destacando as possibilidades e desafios encontrados nessa intersecção. Buscando revelar como a invisibilidade dessas interfaces contribui para a exclusão e desigualdade educacional, propondo uma reflexão crítica e acadêmica sobre o tema.

O trabalho supracitado utiliza a teoria de Boaventura de Sousa Santos para desconstruir hierarquias e visibilizar a interface entre a educação especial e a educação do campo. Argumenta ainda que as produções acadêmicas frequentemente silenciam e invisibilizam os sujeitos das duas áreas, impedindo um diálogo efetivo entre elas (Jesus, Vieira & Anjos, 2018). Ao adotar uma abordagem metodológica cartográfica, inspirada em Santos (2007), a pesquisa busca revelar e desconstruir essas invisibilidades, para uma representação mais inclusiva e justa das realidades estudadas.

Ao desvelar as políticas educacionais de Domingos Martins, nota-se uma clara ênfase na educação do campo, onde a vasta maioria das escolas são orientadas por essa perspectiva, mesmo aquelas urbanas que atendem alunos das áreas circundantes. Esse enfoque não apenas reconhece a identidade rural do município, mas também fortalece a inclusão de alunos com necessidades especiais, desafiando resistências históricas à integração desses alunos nas escolas regulares, conforme destacam Jesus, Vieira e Anjos (2018).

Claramente a Educação do Campo no Brasil enfrenta desafios significativos para garantir acesso e qualidade educacional para comunidades rurais diversas. Apesar dos avanços legislativos e políticas públicas como o PRONERA e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, constata-se que ainda persistem problemas como a distância das escolas, falta de infraestrutura e recursos adequados, além de uma formação precária para educadores. Essas questões refletem a necessidade contínua de luta por políticas educacionais inclusivas que respeitem e promovam as identidades culturais e sociais das populações do campo (Santos, 2017; Caldart, 2004).

A articulação entre Educação Especial e Educação do Campo no Brasil representa um desafio significativo para garantir uma educação inclusiva e de qualidade a todos os estudantes, especialmente aqueles com necessidades educacionais especiais. Enquanto a legislação brasileira avança em diretrizes que promovem a inclusão desses estudantes nas escolas regulares, como destacado na Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE), ainda persistem desafios na implementação efetiva dessas políticas em contextos rurais. A intersecção entre essas modalidades educacionais requer adaptações curriculares e estratégias pedagógicas sensíveis às particularidades culturais e socioeconômicas das comunidades do campo, conforme enfatizado por Nozu (2017) e Caiado, Gonçalves e Sá (2016). Portanto, é fundamental revisar e ajustar continuamente os modelos educacionais vigentes para garantir que todas as crianças e jovens, independentemente de sua localização geográfica ou condição de deficiência, tenham acesso equitativo e adequado à educação.

## 5. Considerações Finais

A constituição de uma política brasileira de Educação Especial Inclusiva é um processo complexo e de extrema importância para garantir o direito à educação de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais ou emocionais. Essa temática tem evoluído ao longo das décadas, buscando superar modelos segregacionistas e promover práticas educacionais que valorizem a diversidade e a inclusão. No entanto, a partir de movimentos sociais e avanços

na legislação, como a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, houve uma mudança de paradigma em direção à inclusão.

Considerando os achados deste estudo, é crucial reconhecer que a interface entre Educação Especial e Educação do Campo revela-se não apenas como uma interseção negligenciada, mas como um campo fértil para práticas inclusivas e reflexões críticas. A visibilidade dessas interfaces oferece pistas significativas para superar dicotomias e promover um conhecimento socialmente sustentável, incorporando saberes diversos e enfrentando silenciamentos persistentes. Essa abordagem não só valoriza a diversidade educacional, mas também fortalece movimentos de resistência e transformação nos contextos educacionais marginalizados.

As políticas públicas voltadas para a educação do campo e para a educação especial existem e visam promover o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência no sistema educacional. No entanto, há desafios significativos a superar, como a acessibilidade física das escolas rurais e a formação contínua dos professores para atender às necessidades específicas desses alunos. Em suma, a construção de uma política de Educação Especial Inclusiva no Brasil não é apenas um processo legal e administrativo, mas um movimento social e educacional que visa garantir a dignidade e os direitos de todos os estudantes, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

## Referências

- Alencar, M. F. (2010). Educação do campo e a formação de professores: construção de uma política educacional para o campo brasileiro. *Ciências & Trópicos*, 34(2), 207–226. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/cic/article/download/>
- Alves, J. S., Melo Júnior, A. L. de, & Caiado, K. R. M. (2018). Um olhar sobre as políticas públicas da educação do campo e educação especial à luz da pedagogia histórico-crítica. *Educação e Fronteiras*, 8(23), 192–209. <https://doi.org/10.30612/eduf.v8i23.9454>
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.
- Brasil. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- Brasil. (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>
- Brasil. (2013). Documento Orientador Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13221-politica-de-educacao-especial-arquivos-pdf-127&category\\_slug=fevereiro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13221-politica-de-educacao-especial-arquivos-pdf-127&category_slug=fevereiro-2013-pdf&Itemid=30192)
- Brasil. (2010). Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Institui a Política Nacional da Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm)
- Bueno, J. G. S. (2004). *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC: FAPESP.
- Bueno, J. G. S. (1993). *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: Editora da PUC/SP.
- Caiado, K. R. M., Gonçalves, T. G. G. L., & Sá, M. A. (2016). Educação escolar no campo: desafios à educação especial. *Revista Linhas Críticas*, 22(48), 324–345. <https://doi.org/10.26512/lc.v22i48.4887>
- Caldart, R. S. (2009). Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trab. Educ. Saúde*, 7(1), 35–64. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>
- Caldart, R. S. (2004). Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In M. C. Molina & S. M. S. A. Jesus (Orgs.), *Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo* (pp. 10–31). Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”.
- Clarke, M., & Oxman, A. D. (Eds.). (2001). *Cochrane reviewers' handbook 4.1*. In *Review Manager (RevMan) [Computer software]* (Version 4.1). The Cochrane Collaboration.
- Declaración de Salamanca. (1994). *Marco de acción para las necesidades educativas especiales: Aprobada por la conferencia mundial sobre necesidades educativas especiales: acceso y calidad*. Salamanca, España, 7-10 de junio de 1994.
- Declaração de Salamanca. (1994). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Salamanca, Espanha. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000097811>
- De Jesus, D. M., Vieira, A. B., & Dos Anjos, C. F. (2018). Educação especial e educação do campo: Narrativa que desvela possibilidades e interfaces. *Interfaces da Educação*, 9(27), 376–398. <https://doi.org/10.26514/inter.v9i27.2950>

Ferreira, J. (1993). *A exclusão da diferença*. Ed. Unimep.

Gomes, D. dos S., & Machado, K. C. S. (2020). Educação inclusiva em uma escola do campo de Teresina (PI): Da sala regular ao atendimento educacional especializado (AEE). *Cadernos Cajuína*, 5(3), 193–208. <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v5i3.421>

Jannuzzi, G. (2004). *A educação do deficiente no Brasil: Dos primórdios ao início do século XXI*. Autores Associados.

Kassar, M. de C. M. (2011). Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 17, 41–58.

Kolling, E. J., Nery, I. L., & Molina, M. C. (1999). *Por uma educação básica do campo (Memória)*. Fundação Universidade de Brasília.

Lombardi, J. C. (2011). Algumas questões sobre educação e ensino em Marx e Engels. *Revista HISTEDBR On-line*, 1(especial), 347–366.

Lopes, M. B. S., & Zoia, A. (2016). Educação inclusiva em escolas do campo do município de Juara–Mato Grosso. *Revista Eventos Pedagógicos*, 7(3), 1506–1529.

Mazzotta, M. (1996). *Educação especial no Brasil: História e políticas públicas*. Cortez.

Mercês, R. S. das, & Oliveira, I. A. de. (2018). A educação inclusiva em escolas multisseriadas do campo na Amazônia Paraense. *Interfaces da Educação*, 9(27), 418–442. <https://doi.org/10.26514/inter.v9i27.2956>

Nozu, W. C. S. (2017). *Educação especial e educação do campo: Entre porteiros marginais e fronteiras culturais* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Grande Dourados.

Nozu, W. C. S., & Bruno, M. M. G. (2021). Inclusão e produção da diferença em escolas do campo. *Cadernos CEDES*, 41(114), 131–143. <https://doi.org/10.1590/CC223636>

Munir, A. (n.d.). Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção - GT-03: Movimentos Sociais e Educação. Disponível em <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt03-4244-int.pdf>

Orso, P. J. (2016). Pedagogia histórico-crítica no campo. In J. D. Basso, J. L. dos Santos Neto & M. C. dos S. Bezerra (Orgs.), *Pedagogia histórico-crítica e educação no campo – História, desafios e perspectivas atuais* (pp. 93–115). Pedro & João Editores.

Palma, D. T., & Carneiro, R. U. C. (2018). Sala de recursos multifuncional em escolas do campo: Direito assegurado? *Interfaces da Educação*, 9(27), 518–548. <https://doi.org/10.26514/inter.v9i27.2941>

Pereira A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [free e-book]. Ed.UAB/NTE/UFSM. 7

PRISMA. (2015). Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335–342. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742015000200017>

Rabelo, L. C. C., & Caiado, K. R. M. (2014). Educação especial em escolas do campo: Um estudo sobre o sistema municipal de ensino de Marabá, PA. *Revista Cocar*, 8(15), 63–71.

Ribeiro, M. (2012). Educação rural. In R. S. Caldart et al. (Orgs.), *Dicionário da educação do campo* (pp. 293–298). Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular.

Santos, R. B. (2006). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In R. B. Santos (Org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitada* (2ª ed., pp. 777–815). Cortez.

Santos, R. B. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Boitempo.

Santos, R. B. (2017). História da educação do campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais. *Revista Teias*, 18(51), 210–224. <https://doi.org/10.12957/teias.2017.24758>

Santos, M. B., & Cruz, L. M. (2022). Flexibilização curricular e seus reflexos na prática e no ambiente escolar para a educação inclusiva. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, 3(8), 1–18.

Saviani, D. A. (2016). Pedagogia histórico-crítica na educação do campo. In J. D. Basso, J. L. dos Santos Neto & M. C. dos S. Bezerra (Orgs.), *Pedagogia histórico-crítica e educação no campo – História, desafios e perspectivas atuais* (pp. 17–44). Pedro & João Editores.

Secchi, L. (2013). *Políticas públicas: Conceitos, categorias de análise, casos práticos* (2ª ed.). Cengage Learning.

Silva, O. O. N., Miranda, T. G., & Bordas, M. A. G. (2019). Educação especial no campo: Uma análise do perfil e das condições de trabalho dos docentes no Piemonte da Diamantina - Bahia. *Revista Brasileira da Educação do Campo*, 4, e5944. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e5944>

Snyder, H. (2019). Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. *Journal of business research*, 104, 333–339.

Valani, R., & Oliveira, C. L. R. (2019). Os desafios da formação e atuação em sala de aula: As perspectivas dos professores em escolas do campo no município de Castelo (ES) diante da educação inclusiva. *Revista Educação Especial em Debate*, 4(8), 113–124. <https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/28534>